

Direção-Geral do Comércio

Publicação de uma vaga para o cargo de diretor (m/f) (Grau AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2024/10447

Quem somos

A Direção-Geral do Comércio (DG TRADE) é responsável pela condução da política comercial da União Europeia, uma das competências exclusivas da UE. A política comercial é um dos instrumentos mais poderosos ao dispor da UE, sendo essencial para a competitividade e a prosperidade económicas da Europa, apoiando um mercado interno dinâmico e uma ação externa decisiva. Uma agenda comercial ativa é fundamental para a competitividade e a prosperidade económica da Europa. Os acordos comerciais contribuem para a criação de empregos e a expansão dos mercados e para impulsionar o crescimento económico e a inovação.

A Direção TRADE.A «Assuntos multilaterais, estratégia, análise e avaliação» tem por missão contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia global para a política comercial da União e assegurar uma abordagem coerente a nível das nossas diferentes relações comerciais. Desempenha estas tarefas através de uma análise económica das diferentes medidas de política comercial e da avaliação do respetivo impacto. Além disso, a Direção TRADE.A procura manter e reforçar as regras baseadas no sistema comercial multilateral, que sustenta as relações comerciais da UE, e defender e reformar a OMC enquanto sustentáculo de um sistema de comércio internacional justo e baseado em regras, assegurando a coordenação global das questões comerciais multilaterais.

A Direção TRADE.A é constituída por três unidades estabelecidas na sua sede e conta com cerca de 65 efetivos, cerca de 15 dos quais destacados em delegações da Comissão.

O que propomos

O cargo de diretor responsável pela Direção TRADE.A «Assuntos multilaterais, estratégia, análise e avaliação». O diretor será responsável pela supervisão, gestão e orientação das atividades da Direção, contribuindo deste modo para a orientação geral da política comercial multilateral no quadro da OMC e da OCDE. O diretor participará igualmente na definição de estratégias e no planeamento interno. Em todas as áreas de trabalho, o diretor desempenhará um importante papel de representação, comunicação e negociação, em nome da Comissão e da UE, com organizações multilaterais e outras organizações internacionais, países terceiros, Estados-Membros da UE e outras instituições da UE, partes interessadas e o público em geral.

O diretor será responsável, mais especificamente, pelo seguinte:

- Coordenar a participação da UE na Organização Mundial do Comércio (OMC), nomeadamente no que diz respeito à reforma desta organização, a fim de garantir um sistema comercial multilateral eficaz;
- Coordenar a posição da UE no âmbito da OCDE;
- Gerir questões de política comercial relacionadas com os créditos à exportação e representar a UE no âmbito dos organismos internacionais competentes;
- Conduzir ou apoiar negociações sobre comércio e concorrência no âmbito dos acordos comerciais da UE;

- Integrar a política comercial no contexto da política interna e externa da UE — funcionar como alerta precoce, antecipar novas tendências e introduzir novos elementos nos debates políticos da Direção-Geral do Comércio;
- Promover a coerência entre várias abordagens e instrumentos, a fim tornar a política comercial da UE mais eficaz;
- Realizar uma análise económica das diferentes medidas de política comercial e proceder à avaliação do respetivo impacto.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Qualidades pessoais

- Espírito estratégico, discernimento, grande aptidão conceptual, capacidade comprovada para refletir de modo criativo e para expressar e implementar novas ideias, bem como um bom historial em matéria de formulação de políticas;
- Excelentes competências interpessoais e em matéria de estabelecimento de redes de contactos, ilustradas pela capacidade em estabelecer e manter boas relações de trabalho com um vasto leque de pessoas da Comissão, de outras instituições da UE, dos Estados-Membros, da indústria e de outras partes interessadas, bem como com representantes dos parceiros comerciais da UE;
- Excelentes capacidades de comunicação (escritas e orais) que lhe permitam liderar debates, comunicar de uma forma clara e agir eficazmente em representação da Comissão e/ou a UE junto das instâncias pertinentes.

Competências e experiência especializadas

- Excelentes capacidades de negociação e experiência comprovada de negociação num contexto internacional, nomeadamente multilateral;
- Bom conhecimento das questões institucionais e dos processos legislativos da UE;
- Conhecimento aprofundado da política comercial da UE e experiência no domínio das suas relações externas. Possuir um bom conhecimento da política comercial multilateral e do funcionamento das instituições multilaterais constituirá uma vantagem.

Competências de gestão

- Sólidas competências de liderança, juntamente com um grande sentido de organização e gestão, capacidade para conduzir e desenvolver as operações levadas a cabo pela Direção e um forte empenhamento em promover uma cultura de serviço e de diálogo;
- Sólidas competências analíticas e uma abordagem orientada para os resultados, bem como capacidades comprovadas em resolver problemas de natureza operacional ou organizacional;
- Aptidão comprovada para desenvolver novas estratégias, traduzi-las em propostas de medidas concretas e gerir eficazmente os processos de mudança;
- Historial comprovado de sucesso no desempenho de um cargo de gestão e experiência em matéria de recursos humanos e financeiros.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, até ao termo do prazo de candidatura, cumprirem os seguintes critérios formais:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e uma experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às habilitações acima mencionadas.
- Experiência de gestão: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível².
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia³ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito relativo a um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade [ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁴].

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁵).

¹ Para poder ser tida em conta, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No seu curriculum vitae, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos; 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções; 3) a dimensão dos orçamentos geridos; 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores; e 5) o número de lugares de grau equiparável.

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

⁵ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#vacancies (apenas em inglês).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constituirá um júri de pré-seleção. O júri analisará todas as candidaturas, procederá a uma primeira verificação da sua elegibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identificará os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elaborará as suas conclusões e proporá a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elaborará uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para a função em causa.

Os candidatos que figurem na lista restrita do CCN serão entrevistados pelos membros competentes da Comissão.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adotará a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para tal.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional.

O candidato selecionado deverá observar a exigência do Estatuto que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é Bruxelas (Bélgica).

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração na qual se compromete a agir no interesse público e com independência e declarar quaisquer interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas agindo em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os membros do júri. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁶. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem as suas candidaturas, os candidatos deverão verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de alguns desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deverá inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (com 8 000

⁶ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

⁷ Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/en/create-europass-cv>

carateres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu.

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é 12 de abril de 2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.